

A ATENÇÃO BÁSICA COMO PILAR DE TRANSFORMAÇÃO DO SUS NO CUIDADO À SAÚDE MENTAL ENTRE DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Valéria Beatriz Teles de Souza¹.

Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Manaus, Amazonas.

<https://lattes.cnpq.br/3043445592234376>

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo investigar por meio de uma revisão bibliográfica como a atenção básica contribui na transformação do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo acesso eficiente e equitativo no cuidado à saúde da população. A atenção básica também denominada Atenção Primária à Saúde (APS), representa o primeiro nível de atenção no SUS, sendo o principal meio de contato entre os cidadãos e os serviços de Saúde Pública no Brasil. Entre seus objetivos estão a promoção da saúde, prevenção de agravos, monitoramento de doenças crônicas. Para realização da presente pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo através de uma Revisão Bibliográfica, com objetivo de analisar a contribuição da atenção básica na transformação do SUS. Sendo conduzida por meio da análise de conteúdo com as seguintes etapas: levantamento de material bibliográfico, triagem do material encontrado, leitura e análise dele. Entende-se, portanto, que a atenção básica é porta de entrada do cuidado em saúde, capaz de transformar o sistema e aproximá-lo da realidade populacional. De modo que necessita de maiores investimentos para que sua continuidade não seja ameaçada e que se construa um modelo justo e resolutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Básica. Saúde Pública. SUS.

PRIMARY CARE AS A PILLAR FOR SUS TRANSFORMATION IN MENTAL HEALTH CARE BETWEEN CHALLENGES AND POTENTIALITIES

ABSTRACT: This research aims to investigate, through a literature review, how primary care contributes to the transformation of the Brazilian Unified Health System (SUS), promoting efficient and equitable access to healthcare for the population. Primary care, also known as Primary Health Care (PHC), represents the first level of care in the SUS, being the main point of contact between citizens and public health services in Brazil. Its objectives include health promotion, disease prevention, and monitoring of chronic diseases. This research adopted a qualitative, exploratory, and descriptive approach through a literature review, aiming to analyze the contribution of primary care to the transformation of the SUS. The review was

conducted using content analysis, with the following steps: bibliographic material gathering, screening of the material found, reading, and analysis. It is understood, therefore, that primary care is the gateway to healthcare, capable of transforming the system and bringing it closer to the reality of the population. Therefore, greater investments are needed to ensure its continuity is not threatened and to build a fair and effective model.

KEY-WORDS: Primary Care. Public Health. SUS (Brazilian Unified Health System).

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado a partir da Constituição Federal de 1988, baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. A Lei nº 8.080/90 ampliou o conceito de saúde, de modo que o SUS não regula apenas o cuidado clínico, mas também todo o conjunto de ações que interferem no processo saúde-doença. Tendo em vista que ele é uma rede articulada de serviços, o qual atua desde a vigilância epidemiológica até a assistência terapêutica, bem como na regulação de serviços para a garantia de uma abordagem integral do cuidado.

Sendo assim, a Atenção Básica é entendida como a “porta de entrada”, com a função de promoção de saúde, prevenção, acompanhamento contínuo, bem como a coordenação do cuidado. Desse modo, a presente pesquisa parte da seguinte questão norteadora: *Como a Atenção Básica contribui para a transformação do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo acesso eficiente e equitativo no cuidado à saúde mental da população?* O objetivo geral deste trabalho é investigar como a Atenção Básica atua como pilar de transformação do SUS, contribuindo para a melhoria no acesso à saúde mental e a promoção de um modelo mais eficiente.

Tendo em vista que a Atenção Primária é o principal meio de contato entre os cidadãos e os serviços de saúde pública, ela pode ser entendida como um pilar de transformação. Entende-se, também, que ela enfrenta desafios estruturais que comprometem sua efetividade, como a precarização do trabalho, a alta rotatividade de profissionais e os cortes orçamentários.

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar como a atenção básica atua como pilar na transformação do SUS, destacando sua contribuição para a melhoria do acesso à saúde mental, destacando também a ampliação da resolutividade no cuidado e a promoção de um modelo mais inclusivo e eficiente. E os objetivos específicos: Analisar a contribuição da Atenção Básica para a ampliação do acesso à saúde mental no SUS; identificar os principais desafios enfrentados pela atenção básica para possibilitar um acesso equitativo e eficiente à saúde mental; avaliar a eficácia da atenção básica no cuidado à saúde mental da população brasileira.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma Revisão Bibliográfica, qualitativa caracterizada como básica. A pesquisa bibliográfica segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste em uma análise de materiais publicados como livros, artigos científicos, dissertações e teses. E a pesquisa é classificada como básica por ampliar conhecimentos teóricos existentes com finalidade de contribuir para a compreensão e aprofundamento do fenômeno pesquisado.

Cordeiro *et al* (2007) destacam que a revisão de literatura é mais flexível, com abordagem descritiva e interpretativa, ao aprofundar termos complexos e subjetivos. E abordagem qualitativa segundo Gerhardt e Silveira (2009) permite compreender os conceitos e interpretações levando em consideração aspectos subjetivos e teóricos envolvendo a temática.

Desse modo, foi realizada uma consulta em base de dados aberta como Google acadêmico, Scielo e Capes. Para encontrar respostas para a questão norteadora “*Como a Atenção Básica contribui para a transformação do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo acesso eficiente e equitativo no cuidado à saúde mental da população?*”. E para isso foram utilizados os unitermos: “Saúde Mental”, “SUS”, “Atenção Primária à saúde”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contribuições da Atenção Básica para a Ampliação do Acesso à Saúde Mental

O SUS organiza os serviços em níveis de complexidade, articulando-os em rede, desde a Atenção Básica até a Alta Complexidade, na tentativa de que todos os serviços públicos ou conveniados sigam os seus princípios e funcionem de forma integral no território. A Lei nº 8.142/90 garante a participação da comunidade na gestão do SUS por meio dos conselhos e conferências de saúde, além de regulamentar a transferência de recursos, fortalecendo o caráter democrático e descentralizado do sistema.

Viana *et al.* (2024) apontam que a Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e seu funcionamento deve estar integrado aos demais níveis de atenção para a resolutividade das necessidades de seus usuários. Carvalho (2014) destaca que a Atenção Básica é considerada uma estratégia de fortalecimento do SUS, sendo ela um núcleo organizado e integrador da rede de serviços de saúde, assegurando a coordenação do cuidado. Nesse sentido, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) destaca-se como o modelo adotado para o fortalecimento das ações da Atenção Básica.

Buss e Filho (2007) apontam em sua pesquisa os determinantes sociais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. Isso é fundamental porque, quando a unidade de saúde está no território (bairro), o “acesso” não se dá apenas na entrada da unidade de saúde, mas passa a ocorrer pela compreensão das

condições de vida do usuário. Isso implica diretamente uma ampliação do acesso à saúde no SUS, uma vez que permite a busca ativa, gera vínculo e continuidade, pois o usuário passa a conhecer a equipe, o que, conseqüentemente, aumenta a adesão ao tratamento e à prevenção.

Outras contribuições residem no fato de que a Atenção Primária “filtra” o sistema, permitindo que o usuário receba o atendimento de que precisa dentro da rede, garantindo a resolatividade, a continuidade do cuidado e a prevenção de doenças. Isso é evidenciado por Carvalho (2014) ao destacar que as ações desenvolvidas na Atenção Primária devem ser amplas e integradas, com foco nas necessidades de saúde da população e orientadas para a resolução dos problemas mais comuns, preferencialmente desenvolvidas por uma equipe multiprofissional com participação da comunidade. Vale ressaltar, também, que para que a Atenção Primária consiga contribuir efetivamente para o acesso à saúde mental, é necessário que o serviço seja acessível e organizado de forma a fortalecer a integração entre os diferentes pontos da rede.

Vale ressaltar também que para a Atenção Primária conseguir contribuir efetivamente para o acesso à saúde mental, é necessário que o serviço seja acessível e articulado com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), garantindo que o cuidado não se fragmente e que o território seja o principal cenário de reinserção social e produção de autonomia.

Principais Desafios Enfrentados pela Atenção Primária no Oferecimento de Serviços Relativos à Saúde Mental

Embora a Atenção Primária à Saúde (APS) se apresente como pilar de transformação do cuidado e porta de entrada preferencial, sua consolidação enfrenta desafios severos. Buss e Filho (2007) apontam que a dificuldade de integração entre os níveis de atenção e a incorporação efetiva da saúde mental na APS, somadas à falta de uma rede de atenção integrada, comprometem efetivamente a continuidade do tratamento oferecido aos usuários. Destacam, ainda, que a deficiência da APS se dá principalmente pela falta de recursos físicos, treinamento e educação continuada aos profissionais, além da carência de apoio matricial.

Carvalho (2014) destaca que a atenção em saúde mental na rede de cuidados primários inclui a identificação e o tratamento precoce de transtornos mentais, além da acessibilidade, continuidade e integralidade do cuidado. Contudo, a discussão sobre acessibilidade está centrada nos obstáculos enfrentados pela população na busca do cuidado em saúde. Já a continuidade é um assunto complexo, tendo em vista os desafios do tratamento de pacientes com transtornos mentais graves e persistentes depende inicialmente da facilidade do acesso aos serviços. A integralidade, por sua vez, consiste na coordenação de práticas clínicas duráveis que visem assegurar a continuidade dos serviços. Sendo assim, se a continuidade é interrompida inviabiliza-se a integralidade do cuidado.

Em suma, esses desafios denotam um campo de tensões. Uma vez que a precarização dos vínculos e as barreiras estruturais evidenciam que a transformação do SUS exige mais do que diretrizes teóricas, tendo em vista a necessidade de maiores investimentos e compromisso político. Desse modo, a compreensão desses obstáculos torna-se o ponto de partida para avaliar a eficácia e os resultados alcançados, analisando em que medida a Atenção Básica, apesar das limitações, pode ser eficaz no cuidado às demandas subjetivas da população.

Eficácia e Resolutividade: O Impacto do Cuidado Longitudinal no Território

O processo de avaliação da eficácia da Atenção Primária no campo da saúde mental exige uma perspectiva muito particular, dado que não se mede apenas pela remissão de sintomas, mas pela capacidade do sistema em produzir resolutividade e garantir a permanência do usuário em seu meio social. Dessa forma, a eficácia é comprovada quando casos que antes seriam encaminhados diretamente para a rede especializada ou para internação conseguem ser manejados no próprio território.

Nesse sentido, a longitudinalidade do cuidado, diretriz central na PNAB (2017), atua como indicador direto de eficácia e resolutividade. Ao estabelecer um acompanhamento contínuo e permanente ao longo do tempo, as equipes desenvolvem um vínculo sólido que permite o conhecimento profundo das histórias de vida e dos determinantes sociais que atravessam o sofrimento psíquico (Buss; Filho, 2007). Essa proximidade cronológica e afetiva facilita a detecção precoce de sinais de desestabilização, o que pode evitar que o usuário se perca em fluxos fragmentados na rede, reduzindo riscos de iatrogenia, danos causados por tratamentos excessivos ou desconectados da realidade do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresente pesquisa permitiu compreender que a Atenção Básica se configura, de fato, como o pilar fundamental para a transformação do Sistema Único de Saúde, especialmente no que tange ao cuidado em saúde mental. Através da Estratégia Saúde da Família e da atuação no território, o sistema consegue romper com a lógica do isolamento, promovendo um acesso que considera os determinantes sociais e a singularidade do sujeito.

Entretanto, as discussões realizadas evidenciam que a eficácia desse modelo não depende apenas de diretrizes teóricas ou portarias normativas, mas da superação de barreiras estruturais severas. A precarização do trabalho, a falta de apoio matricial e os cortes orçamentários surgem como os principais entraves que fragilizam a continuidade do cuidado e a integralidade da atenção. Ficou evidente que, sem o devido investimento público e o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o acesso corre o risco de tornar-se meramente burocrático, perdendo sua potência resolutiva.

Infere-se, portanto, que a transformação do SUS rumo a um modelo mais eficiente e equitativo exige um compromisso político contínuo. É necessário valorizar o vínculo entre profissionais e usuários e investir na educação permanente das equipes. Somente assim a Atenção Primária poderá consolidar-se como um espaço de produção de vida e autonomia, garantindo que o cuidado à saúde mental seja um direito plenamente exercido em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 3 de mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em 3 de mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em 3 de mar. 2026.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. **A saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 4 de mar. 2026.

CARVALHO, Maria Cecília de Araujo. **Saúde Mental na Atenção Básica**. In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecília de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da (Orgs.). Políticas e Cuidado em Saúde Mental: contribuições para a prática profissional. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014. p. 59-74.

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão Sistemática: uma revisão narrativa**. Comunicação Científica Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em 09 de mar. 2026

GERHARDT, Tatiana, SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em:

08 de mar. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VIANA, A. V. M.; ANTUNES, L. M. de S. T.; TEIXEIRA, E. H. M.; NASCIMENTO, T. A. de B.; ALVES, R. A. L.; QUEIROZ, M. de O.; PEREIRA, P. G.; CAIRES, N. C. M.; MOYSÉS, R. P. C.; MARTINS, F. M. **Políticas públicas de acesso à saúde mental no estado do Amazonas: um estudo de revisão da literatura**. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 7, n. 5, p. e73247, 2024. DOI: 10.34119/bjhrv7n5-303. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/73247>. Acesso em: 3 mar. 2026.